



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOÃO ANANIAS

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 13 de Maio de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21782 DATA: 13/05/2026 FL: 1 DE 50

fls. 2

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Bom dia a todas e todos. Vamos iniciar a nossa audiência pública, a 8ª Audiência Pública semipresencial de 2026, às 10h30, no Auditório Prestes Maia, 1º andar, e auditório virtual.

Eu queria saber se o Vereador Alessandro Guedes está presente. Vereadora Ana Carolina presente conosco; Vereador Silvinho também está presente; Vereador André Santos presente; Vereador Gilberto Nascimento; Vereador João Ananias que vos fala; Vereadora Keit Lima; Vereador Major Palumbo; Vereador Marcelo Messias. Anuncio também a presença da Vereadora Janaina Paschoal.

Há número legal. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 8ª Audiência Pública semipresencial desta Comissão, do ano 2026, convocada para hoje, 13 de maio.

Esta audiência tem como objetivo debater o Projeto de Lei 299/2026, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2027, LDO 2027, em primeira audiência pública geral.

Informo que esta reunião está sendo realizada de forma semipresencial no Auditório Prestes Maia e através do aplicativo Microsoft Teams, e é transmitida, ao vivo, através da página Auditórios Online, no *site* da Câmara e, também, pelos canais do YouTube e Facebook da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo.

O convite para esta audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 06/05/2026 e nos jornais *O Estado de S. Paulo* no dia 08/05/2026 e *Folha de São Paulo* no dia 11/05/2026.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo, no dia 30/04/2026, no endereço www.saopaulosp.leg.br/audienciapublicavirtual.

As inscrições para pronunciamento permanecerão abertas até o final da fala das autoridades aqui presentes. Também foram convidados para a audiência os Srs.: Luiz Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda, representado, neste ato, pelo Sr. Fabiano

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21782 DATA: 13/05/2026 FL: 2 DE 50

fls. 3

Martins de Oliveira, Secretário Adjunto da Fazenda; Clodoaldo Pelizzoni, Secretário Municipal De Planejamento e Eficiência; Domingos Dissei, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, representado, neste ato, pelo Sr. Luciano Teixeira, Auditor e Coordenador da unidade, que está *on-line*. Os Vereadores da Casa também foram todos convidados, então, quem quiser participar não tem problema algum.

Assim que se encerrarem as falas, encerraremos as inscrições. Quero informar para vocês que, às vezes, não dá para falar todo mundo que está inscrito porque temos horário.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Bom, gente, eu quero, primeiro, respeito. O respeito é importante. Sem respeito a gente não consegue tocar as nossas audiências públicas. Primeiro, respeito. Se não cumprir respeito, a gente vai pedir para sair da sala.

Nós somos representantes de 12 milhões de habitantes. Eu não sou representante só de quem votou em mim, então, nós estamos aqui para representar, primeiro, a democracia, e nós queremos respeito para continuarmos a nossa audiência pública muito transparente e que todos possam ser ouvidos muito claramente, deixando bem livre para as pessoas falarem, está bom?

A partir de agora, está aberta a nossa audiência pública. Eu sempre pergunto quem deseja falar primeiro, fique à vontade. Outra coisa: serão três minutos. Depois, a gente vai parar para continuar sendo a democracia, ouvindo todos.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI - Presidente, eu tenho uma apresentação. Acho que valeria à pena, em três minutos eu não consigo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - No caso, como ele tem uma apresentação, serão dez minutos.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA – Pela ordem, Presidente.

Gente, vamos manter ordem no seguinte sentido - é óbvio que o Secretário não vai conseguir falar em três minutos e para que vocês explanem, ele vai precisar ter a parte dele de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21782 DATA: 13/05/2026 FL: 3 DE 50

fls. 4

fala. Ele se compromete a reduzir, mas eu não posso determinar três minutos para o Secretário. Então, para que todos falem, e a gente não fique de uma forma onde haja deboche, uma forma hostil, a gente vai dar o tempo para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Secretário, fique à vontade para fazer a sua apresentação.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA – Até porque o Secretário veio para explicar e, se vocês não querem ouvir, vai ficar difícil.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Bom dia a todos e a todas. Quero agradecer a presença de todos, Presidente Vereador João Ananias; Relatora Ana Carolina Oliveira; Vereador Silvinho; Vereadora Janaina Paschoal; Secretária Adjunto da Fazenda, Fabiano Martins e Luciano Teixeira, representante do Presidente Domingos Dissei.

- Apresentação de *slides*.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – O Projeto da LDO tem uma estrutura de sete tópicos: Exposições Preliminares; Projeto de Lei; Orientações Gerais para a elaboração da proposta orçamentária que será apresentada em setembro; Estrutura e Organização do Orçamento; Das Alterações da Legislação Tributária; Orientações Relativas a Despesas de Pessoal e Encargos; Orientações Relativas à Execução Orçamentária e Das Disposições Gerais.

Os principais princípios que norteiam esse Projeto de Lei é a sustentabilidade, gestão fiscal responsável e equilibrada com o orçamento climático, participação social, o orçamento cidadão, em que há a participação ativa da população e do Conselho Participativo Municipal, seus representantes eleitos; justiça social; transversalidade e regionalização e redução das desigualdades; transparência; amplo acesso a dados e informações em linguagem simples.

O Anexo I fala dos riscos fiscais relacionados ao cenário base da economia. Temos a variação nas receitas previstas por oscilação macroeconômica, variações das despesas fixadas por inflação ou por questões da execução e variação da dívida pública. Os riscos fiscais não relacionados ao cenário base podem ser: demandas judiciais mensuráveis e de possível

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21782 DATA: 13/05/2026 FL: 4 DE 50

fls. 5

perda, recomposição de depósitos judiciais, risco de aporte emergencial em capital de empresas contratadas e risco de receitas e despesas em concessões de PPPs.

Esses são os principais indicadores das metas fiscais, das variáveis macroeconômicas. O PIB total para 2027 está previsto em 1,82; o PIB de serviços, 1,98; a estimativa é que o nosso ISS cresça mais que a inflação: 2,5; o IPCA, indicador de inflação, 3,79; o IGP, 4%; a COSIP que é a contribuição sobre a iluminação pública, que faz com que a gente consiga manter a iluminação pública, deve ficar em 3,91; o IPTU, 3,91; crescimento de cadastros de IPTU está imaginado em 1,3; pagamento à vista de IPTU, 19%; inadimplência 11%; desconto para pagamento à vista, continua a proposta de que seja 3%; ICMS deve oscilar negativamente em 1%; crescimento da frota é importante para estimar as receitas de IPVA, 50% de toda a arrecadação dos veículos com placa em São Paulo é receita do município, então, um crescimento de 2,3; usados, uma variação negativa de 1%; automóveis novos, uma variação de 4% no preço; a Selic do período, que é a taxa de juros básica da economia, imaginada em 10,5%; o câmbio imagina-se que fique em 5,50%.

Esse é o Anexo II, das Metas Fiscais para 2026.

Nessa tela, a receita estimada a valor corrente para o ano de 2027 em 138,602 bilhões de reais; receitas correntes, 116,907 bilhões de reais; receitas de capital, 9,918 bilhões de reais e intraorçamentárias, 11,776 bilhões de reais.

Aqui, por fonte: Tesouro, operações de crédito. Como nós podemos ver, prevemos um valor considerável de operações de crédito, para o ano de 2026, de 8,2 bilhões de reais. E, no ano de 2027, imaginamos 5,991 bilhões de reais.

Então, esses são os dados.

Nessa tela, das Despesas. Despesas correntes, 110 bilhões de reais; despesas de capital, 16,34 bilhões de reais; investimentos, 12,820 bilhões de reais e inversões financeiras de PPPs e concessões que, na verdade, também são inversões de capital, são investimentos, 1,553 bilhão de reais. Então, somando os dois itens, teremos um investimento de mais de 14 bilhões de reais na cidade de São Paulo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21782 DATA: 13/05/2026 FL: 5 DE 50

fls. 6

Aqui é o percentual de despesas correntes sobre receitas correntes. O indicador máximo é de 95% e, para o ano de 2027, estamos prevendo 94,75%, para que possamos ter um bom nível de investimentos e também a Prefeitura ficar apta a assinar operações de crédito, financiamento, para os seus principais projetos.

Nesse *slide*, a meta de renúncias de receita, todas aprovadas em leis. Então, tem um gasto tributário de 4 milhões de reais. Depois, ISS abaixo de 5%, 32,38 milhões de reais; imunidades constitucionais, prevista na Constituição Federal, 7,697 milhões de reais e benefícios financeiros e creditícios, 96 mil reais; imaginando 44,2 milhões de reais de renúncias, todas previstas em lei. Dívida pública consolidada, 58 bilhões e a consolidada líquida, 51,2 bilhões de reais.

Anexo III, Metas e Prioridades.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – O senhor pode me deixar concluir, por favor?

Obrigado.

São 10,226 bilhões de reais, de investimentos e despesas em programas previstos no nosso Plano de Metas, que foi apresentado para a Câmara Municipal, em março de 2025, e discutido em 37 audiências públicas. Teve uma revisão já, no ano de 2025. Temos o acompanhamento *pari passu* e estão lá no nosso *site*, para acompanhamento dos senhores, as metas que pactuamos com a sociedade paulistana.

Obrigado. Quero agradecer. Estamos aqui para ouvir a todos e responder os questionamentos. Obrigado, Presidente. Obrigado, Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Clodoaldo Pelizzoni. Agora, vou abrir para a Secretaria da Fazenda e para o Tribunal de Contas. (Pausa)

Agora, quero chamar a Sra. Luzia, para representar todos os idosos. (Palmas)

O SR. MARCELO MESSIAS – Pela ordem, Presidente. Apenas para registrar a minha presença. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Registrado, Vereador Marcelo Messias.

Em nome dos idosos, vamos abrir a palavra, agora, para a Sra. Luzia, que vai ter cinco minutos para a externar a sua fala.

A SRA. LUZIA MONTEIRO ARAÚJO SOARES – Bom dia a todos. Quero agradecer a todos aqueles que, no ano passado, estiveram nessa luta para a gente conquistar, no PPA, os três programas. Quero agradecer aos Parlamentares da Mesa, que fizeram um esforço na direção do PPA, mas nós temos uma série de considerações, agora, já para examinar na fase da LDO.

Então, o documento que norteia a LDO é o Projeto de Lei 299/2026. A gente examinou esse projeto de lei com o Decreto nº 64.904. E é em cima dessa fala que nós vamos construir o nosso raciocínio para defender aquilo que conquistamos com muito esforço, no PPA, na Lei nº 18.376. Então, é em cima disso que está construído o nosso raciocínio.

E nos Anexos II e III já deveriam constar o que a gente tinha conquistado no ano passado, embora saibamos que vai ter uma revisão. Está prevista uma revisão do PPA, em 2027.

Então, a partir de hoje, nós precisamos nos organizar em função disso. E esses debates que nós temos tido aqui, que são extremamente tensos. Proponho que a gente construa um espaço de seminário para podermos construir essa revisão com clareza e sair do nó que nós estamos vivendo.

Em cima do que estou falando? Nós estamos falando o seguinte: primeiro, o PL 299, no art. 1º, fala da Estrutura e da Organização; nos incisos II e V, da Estrutura e Organização do Orçamento e a Execução Orçamentária, e segue adiante. Nós estamos no momento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, lutando para preservar o princípio da universalidade, que está previsto na Lei nº 4320/1964 e na Portaria 163/1999, do MOG, na época, Ministério do Orçamento e Gestão.

E temos a Lei de Responsabilidade Fiscal 101, mostrando que os novos programas, integrados às metas fiscais da cidade, precisam ter a demonstração, sem gerar desequilíbrio.

E aqui é que eu me pego, no meu argumento. A outra questão, que eu quero colocar, é o Anexo II. Nós temos que localizar onde estão os recursos dos idosos. Boa parte do que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21782 DATA: 13/05/2026 FL: 8 DE 50

fls. 9

então, a equipe tem realizado procedimentos de auditoria, para verificar se o projeto está compatível com toda a legislação aplicável, qual seja, a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, instrumentos normativos editados pela STN, assim como a sua compatibilidade com a LOA e com PPA.

Esse trabalho é feito de maneira concomitante, porque o objetivo do trabalho é propor para esta Comissão propostas de recomendação, ciência, no intuito de aprimorar o projeto de lei, antes que ele se torne efetivamente uma lei. E o relatório deverá ser concluído, na última semana de maio, sendo encaminhado ao Sr. Conselheiro Relator, no caso, o Dr. Roberto Braguim, para posterior envio a esta Comissão, ainda antes da segunda audiência pública, para que esta Comissão tenha subsídios necessários para poder avaliar a compatibilidade deste projeto com os normativos. A equipe está atuando ainda e deverá, como disse, finalizar os trabalhos na última semana de maio. Mas são verificados o texto da lei e os anexos I, II e III, que são os riscos fiscais, as metas fiscais e as metas de prioridades.

Vou acompanhar aqui as demandas de toda a população. Já tenho anotado aqui a fala da dona Luzia e entrarei em contato com a equipe também para que possamos tentar destacar todos os pontos que serão objeto de questionamentos por parte da população.

Permaneço à disposição e, eventuais dúvidas que surgirem, podem me chamar que estarei à disposição. Em uma fala breve, desejo uma boa audiência a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Sr. Luciano, o público aqui pediu para ver se há possibilidade de ligar a câmera, porque eles querem ver o senhor falando. Pode ser?

O SR. LUCIANO TEIXEIRA – Perfeito. É que estava desabilitada essa opção. Conseguem me ver agora?

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Sim, pode continuar, Sr. Luciano, por favor.

O SR. LUCIANO TEIXEIRA – Então, como disse, de maneira resumida, o que eu já expus, os procedimentos de auditoria estão em execução. Eles se iniciaram por volta do dia 15 de abril, quando o projeto foi protocolado. Desde então, a equipe está debruçada sobre o texto da lei, os anexos I, II e III, os riscos fiscais, metas fiscais, para que possamos avaliar a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 10

REUNIÃO: 21782 DATA: 13/05/2026 FL: 9 DE 50

compatibilidade deste projeto de lei com os normativos: a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei nº 4.320, que trata também do Direito Financeiro, assim como a compatibilidade deste projeto aos demais instrumentos de planejamento, quais sejam, a Lei Orçamentária Anual e o PPA. Inclusive, esse PPA foi enviado à Câmara, no final do ano passado, em setembro, e também fizemos a nossa audiência pontuando algumas recomendações, no sentido de aprimoramento desse instrumento de planejamento.

Em essência, o relatório deverá ser concluído na última semana de maio, e será encaminhado ao relator das contas, no caso o Dr. Roberto Braguim, e o relatório será enviado à Câmara em tempo hábil, para que ela possa atuar já na segunda audiência pública, no dia 3 de junho.

Coloco-me aqui à disposição de todos, caso tenham alguma dúvida que eu possa ajudar.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Luciano.

O SR. SILVINHO LEITE – Pela ordem, Presidente. Apenas um pedido para o Luciano.

Bom dia a todos e todas, primeiramente. Gostaria de pedir para o Luciano verificar com o nosso Presidente Dissei, do TCM, se existe a possibilidade desse relatório chegar antes do final do mês de maio, porque como a nossa audiência pública já é na terça-feira, acho que vai ficar muito em cima. Se existe a possibilidade de encaminhar, pelo menos para a Comissão, antes do final do mês de maio. Por favor.

O SR. LUCIANO TEIXEIRA – Sim, como eu disse, seria na última semana, mas trabalhamos com uma programação por volta do dia 25. Concluindo o relatório, vamos conversar com o Conselheiro Relator, que no caso é o Dr. Braguim, pedindo autorização, para que possamos antecipar o envio, por *e-mail*, como habitualmente costumamos fazer. Mas certamente o relatório estará disponível para os senhores antes do dia 29 de maio, que é a última sexta-feira do mês. A audiência será no dia 3, então eu acredito que os senhores terão tempo hábil para poder analisar o relatório. Trabalhamos, sim, com certa folga.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – É verdade, Sr. Luciano. O que o Vereador Silvinho disse, procede, porque, acho, dia 2 é feriado, para analisarmos, vai ficar bem difícil, vai ser de última hora. Seria importante se antecipasse, para termos possibilidade de analisar com mais tempo. E fica até mais fácil, para termos um tempo maior para analisar, porque é um relatório bem complexo, grande, para termos uma noção melhor.

O SR. LUCIANO TEIXEIRA – Perfeito, Presidente. Vou conversar com a equipe e vamos fazer um esforço adicional, para antecipar ainda mais o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Luciano. Gente, já se encerraram as inscrições. A partir de agora, vamos ouvir quem está inscrito.

E para iniciarmos, a primeira inscrita é a Sra. Aleia de Oliveira, por três minutos.

A SRA. ALEIA DE OLIVEIRA – Bom dia. O meu nome é Aleia, começa com “a”, termina com “a” e tem “lei” no meio. Então, não se preocupe, nobre Mesa, porque procuro respeitar as leis e as regras. Só que, por gentileza, sou PCD, sou cega de um olho e peço para fazer jus ao direito das pessoas com deficiência. Se eu me estender um pouquinho, não vou pedir o dobro, conforme o que é colocado pela OAB, mas se estender um pouquinho, peço respeito. Entendeu? É por causa desse motivo.

Sou representante do CER III Moema, que é o Centro Especializado em Reabilitação. Sou titular desse Conselho, no Segmento Usuário. Como disse, sou PCD de nascença. A maioria dos idosos se tornará um PCD. O PCD de nascença, nasce PCD, pessoa com deficiência, passa pela juventude, depois pela adolescência, fase adulta, se torna idoso e vai assim até o fim da vida. Então, sei o que eu estou falando. A maioria dos idosos se tornará PCD.

Eu, Aleia, operei em 1995. Então, eu não sofri mais preconceito. Eu sofri muito preconceito, nasci em 1976. E no dia 4 de abril de 2025, na 5ª Conferência do Trabalhador e da Trabalhadora, por volta de uns 15 PCDs, inclusive pessoas idosas, sofreram muitos preconceitos para fazer as diretrizes, e não teve votação suficiente.

Então, eu, assustada, me levantei, me dispus a falar e a conscientizar sobre o “não ao preconceito” para a pessoa com deficiência, porque Deus me livre, qualquer pessoa jovem

a ponte entre a sociedade civil e a política.

Eu ensino Direito Financeiro e uma disciplina que é Poder Legislativo e Gestão de Políticas Públicas há 20 anos. Estudo o Poder Legislativo há 30 anos, já fui Vereador, enfim, passei por várias experiências e olho para o Legislativo do ponto de vista da gestão. O que estamos diagnosticando é que o estabelecido no artigo 2º da Lei Orgânica, que trata dos princípios e diretrizes do município, que é a participação popular, não é contemplada. Ela não é contemplada tanto por um jogo dentro do Executivo chamado Participe Mais, que nem existe dentro do Legislativo. E aqui aponto a primeira ponta: nos termos da Constituição Federal, artigo 70, e artigo 47 da Lei Orgânica, o controle externo é de competência do Legislativo, não é da sociedade civil. Nesse patamar, fazemos a primeira pergunta: cadê o representante da Mesa da Câmara de Vereadores para ouvir? Afinal de contas, essa matéria chama-se Legislação Especial, vinculada ao artigo 41 da Lei Orgânica, que exige audiência pública com participação de contraponto, e foi exatamente o que nós reivindicamos. Percebiam a ausência da Mesa Diretora, e aqui estamos falando de parte do orçamento do município de São Paulo oriundo do duodécimo, que corresponde a R\$1,3 bilhão por ano, o que é muito mais do que a maioria dos municípios brasileiros. A pergunta é: quem controla o controlador? Cadê o orçamento do Poder Legislativo? Por que o orçamento possui um único programa dentro do PPA e depois é desmembrado em sete, oito ações? Dentro dessas ações, nós temos dois fundos. Quero saber qual é a diretriz para o gasto dos fundos do Tribunal de Contas? Qual é a diretriz do gasto dos fundos da Câmara Municipal de Vereadores? Só aí temos 800 milhões de reais parados, que é recurso extrafiscal. Isso vai avançando e vai nos levando à primeira pergunta: cadê o Tribunal de Contas? O Tribunal não tem de vir aqui dar parecer na antevéspera, basta lermos o parecer do ano passado e teremos a cópia do ano retrasado.

Eu concluo, Exa.: esse Tribunal de faz de contas, esse Tribunal não presta contas, não tem planejamento. E como é que estamos justificamos o gasto do Legislativo com duas escolas do Legislativo, com o mesmo gasto? Por que tenho de ter um gasto na Escola do Parlamento e na Escola do Tribunal de Contas? E o pior: como se constituiu um fundo dos

procuradores municipais, dentro desta Casa, sem lei ou pendurado numa lei de reforma administrativa, e não em uma lei como determina a Constituição? Então, temos três fundos dentro do Poder Legislativo, ou começamos a olhar para dentro do Poder Legislativo ou continuaremos caindo nessa esparrela desse pseudoplanejamento.

Aqui, concluo: o Anexo III, da lei que está posta na mesa, não traz o Plano Plurianual; traz o Plano de Metas, o que afronta o artigo 137 da Lei Orgânica, que determina que todos os planejamentos, inclusive o Plano de Metas, sejam traduzidos em PPA, porque então a Vereadora Ana Carolina não poderá receber emendas contrárias ao PPA. O nosso PPA é uma falácia, temos 19 programas de duração continuada. Ou começamos na origem ou continuaremos sem cumprir o que está no brasão do município. Conduzam, por favor, pelo bem da ação social.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Tem a palavra a Sra. Olga Quiroga.

A SRA. OLGA LUISA LEON QUIROGA - Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Olga Quiroga, faço parte do Conselho Municipal do Idoso, da Gaspar Garcia, de Direitos Humanos, da União de Movimento de Moradia, da Central de Movimentos Populares e sou coordenadora do Garmic - Grupo de Articulação para Conquista da Moradia do Idoso da Capital.

Estou aqui para dizer que aquilo que conquistamos com tanto esforço — que lutamos desde 1997 para inaugurar em 2007 -, a Vila dos Idosos está totalmente abandonada. O Programa 4100 de Habitação está dando morte à Vila dos Idosos, porque a manutenção da locação social recebeu uma dotação simbólica de apenas 53 reais para o ano de 2027. Não sei o que se faz com 53 reais. Não dá para pagar a conta de luz de um morador da Vila. A Vila está abandonada, tem gente doente, gente morrendo, e não foi para isso que construímos a Vila. Nós, sociedade civil, a construímos para o idoso ter tranquilidade, privacidade e morar dignamente. A Vila não é definitiva, é uma moradia emprestada, locação social para o idoso enquanto ele viver. Quantos idosos temos na rua, quantos morando sozinhos ou abandonados? É muito difícil ver essa situação. Faz 30 anos que venho aqui pedir mais vilas para idosos. Queríamos uma por subprefeitura, para manter o idoso em seu lugar de origem, para ele se sentir à vontade, feliz.

programa de ações diretas, o 4320, específico para a pessoa idosa, o valor é inacreditável: apenas R\$ 3.000,00 na rubrica para 2026 e R\$ 3.203,00 na rubrica para 2027. O que se faz com esse valor? É possível ampliar algum atendimento para a pessoa idosa? Não se consegue fazer absolutamente nada. Essa linha orçamentária é uma ficção, criada apenas para constar no papel, comprovando que a Prefeitura não planeja absolutamente nada para a pessoa idosa.

Muita atenção, Relatora Ana Carolina, para atender a pessoa idosa. Nós queremos nos debruçar junto com vocês e apresentar todo processo desse orçamento, como está construído e as armadilhas que há nesse orçamento. Eles usam o fator 17,66% calculado de forma transversal nesse orçamento, que é uma armadilha. Mais ainda, a ação 6154, manutenção e operação de equipamento e proteção de pessoa especial à população idosa, a realidade financeira é: recebeu R\$ 92.146,26 e passaram para R\$ 98.383,27. E fazendo um comparativo, à deficiência, com mérito, recebeu R\$ 528 milhões; e o programa 4019 - proteção à criança e ao adolescente recebe R\$ 1 bilhão; a zeladoria, R\$ 2 bilhões, e a pessoa idosa permaneceu invisível. Fizemos esse comparativo e queremos demonstrar ponto a ponto, porque o Clodoaldo falou que à questão da pessoa idosa recebeu muito. Eu consigo demonstrar claramente que o orçamento real foi e é insuficiente.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Seiti.

Sr. Jucivaldo Pereira dos Santos.

O SR. JUCIVALDO PEREIRA DOS SANTOS - Bom dia a todos e à Mesa.

Sou Jucivaldo, conhecido como Valdo Pereira, conselheiro do CMI atualmente e coordenador do Fórum Regional da Pessoa Idosa, da Penha. Quando se discute o orçamento, o que o Seiti disse nos preocupa enquanto pessoa idosa. Por quê? A gente tem territórios vulneráveis, onde não vemos nada, nada que aponte melhorias para essa população. Na última sexta-feira, realizamos o 11º Seminário da Pessoa Idosa, na Penha, com mais de 150 participantes idosos, e lá apontamos as deficiências locais. Temos 20 unidades de saúde na região, mas apenas três possuem o Programa PAI - Programa de Acompanhamento do Idoso,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 20

REUNIÃO: 21782 DATA: 13/05/2026 FL: 19 DE 50

idosa está falecendo.

Encerro dizendo que, em nome da população idosa, eu estou há cinco meses esperando uma consulta. Então, gente, é difícil. E eu tive câncer. A população que teve câncer... Não dá para a gente não fiscalizar, então vamos fiscalizar, porque a população idosa está morrendo na fila. Imagine. Então eu clamo a vocês, idosos. Não sei se vocês vão chegar aos 71, 80, 90 para, juntos, construirmos uma cidade realmente saudável e sustentável.

Muito obrigada. Muita paz e bom trabalho a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado, Dora.

Bom, a gente vai suspender agora um pouquinho a nossa audiência pública para a reunião da nossa Comissão. Assim que terminar, nós voltamos à audiência pública. Está bom?

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. João Ananias.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Bom, gente, então voltando à nossa audiência pública. Qualquer divergência a gente toca posteriormente, depois do parecer do Procurador da Câmara Municipal, está bom?

Sr. Sérgio, por favor.

O SR. SÉRGIO JOSÉ NICOLETTI - Obrigado. Primeiro lugar, bom dia aos representantes da sociedade civil que hoje lotam esta sala. E na pessoa da Vereadora Ana Carolina, que preside esta Mesa, eu saúdo todos os demais membros dela.

Eu queria pontuar, em relação ao tópico que nós estamos discutindo, o Programa 4021. O 4021 é zeladoria de espaços públicos. Eu queria a atenção para isso, para esse tópico. Ele é de meu interesse, principalmente porque eu sou...

Meu nome é Sérgio Nicoletti. Eu sou médico e as minhas especialidades são ortopedia e reabilitação e, portanto, esse tópico me é de muito interesse, no sentido de que eu vivenciei, durante 40 anos, no tempo em que eu estava na Escola Paulista de Medicina, como docente de ortopedia, e também em hospitais públicos, o drama que é um buraco numa calçada, quando ele se encontra com um idoso, principalmente com um idoso em situação de saúde séria.

Isso acaba gerando internações, isso acaba gerando cirurgias, isso acaba gerando

um desespero enorme não só para o idoso que sofre esse tipo de acidente - eles são muitos, eu convivi com muitos deles -, mas também para interesse, além de social, económico para a sociedade.

Olho para o Programa 4021, e vejo uma dotação de 80 milhões de reais para consertar asfalto, e não consigo encontrar algo que faça sentido para um programa, por exemplo, que possa garantir que existam rotas seguras para os idosos que andam pelas calçadas, independente do trajeto, e para idosos, principalmente quando eles buscam saúde, quando eles buscam atenção à saúde.

Então tenho uma sugestão: que nas rubricas do orçamento exista uma que esteja relacionada com rotas seguras, para idosos, para PCDs, para todas as pessoas que têm algum tipo de deficiência.

Eu gostaria que esta Mesa soubesse que eu faço parte de um grupo chamado Cidade do Cuidado. Cidade do Cuidado é um termo internacionalmente organizado, que está sendo estudado e aplicado nas prefeituras do mundo inteiro, relacionados com este tópico, com o valor não só humano, mas econômico, de olhar para os idosos e para as pessoas deficientes de uma maneira mais inteligente do que essas que eu vejo hoje no orçamento da Prefeitura de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Sérgio.

Sra. Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA DE OLIVEIRA - Bom dia. Mais uma vez eu gostaria de agradecer a presença de todos com foco na luta por direitos humanos. Gostaria de agradecer à Vereadora Ana Carolina também e a todos da Mesa, principalmente às mulheres. Tem aqui a mulher negra, que é representativa da sociedade, a Keit Lima.

Eu estou aqui hoje, mais uma vez também, com uma intervenção pela luta antimanicomial, porque eu estou representando, em primeiro, o meu tratamento psicológico livre e humanizado, CAPS Adulto Butantã, que está para ser privatizado, pura e simplesmente

obrigado, porque não estão mais contratando profissionais para forçar a terceirização. Então a gente criou uma frente contra a privatização do tratamento psicológico, porque quem trata da mente precisa de continuidade com profissionais elaborados e éticos.

E lembrar que no meu tratamento livre e humanizado, principalmente na interação, nos programas de integração à sociedade, que é convivência, eu encontrei muitas pessoas idosas, pessoas idosas abandonadas pelas famílias e também sendo aproveitadas por elas, e tendo que tratar da mente por se sentirem marginalizadas na sociedade.

Lembrando que o tratamento psicológico pode ser necessário a qualquer um da sociedade, de qualquer idade, raça e gênero. Basta não estar dentro do padrão que a sociedade exige, que já é considerado para ser jogado às margens da sociedade, para ser marginalizado. E sem fiscalização nos acolhimentos para vulneráveis, na sua maioria, pessoas que não se encaixam no padrão, a gente não consegue uma assistência mais digna.

Então como ontem eu não consegui participar da audiência pública, que era a Comissão de Promoção Social, Trabalho, Saúde e Mulher, hoje é o dia, pela Lei Orgânica, de eu participar. Lembrando que este é o mês da luta antimanicomial, dia 18 de maio é o Dia da Luta Antimanicomial, e foi aprovada uma lei de responsabilidade fiscal, dia 4 de maio de 2001. Já faz quase 26 anos e não foi regulamentada. E é por isso que todas as demandas da voz ativa ficam estagnadas, porque não existe fiscalização. Existe uma lei que é do conselho de representantes, que nunca foi regulamentada.

Precisamos que a nossa voz ativa seja respeitada agora, ou nunca mais. Porque na semana passada, aqui nesta Comissão, foi aprovada uma lei do Dia do Silvio Santos, um famoso apresentador, muito reconhecido. Mas no dia que a fiscalização for aprovada, eu quero um dia de fiscalização para as demandas da sociedade, da nossa voz ativa, nós que somos a maioria, seja finalmente considerada, o Dia da Lei da Fiscalização sobre as nossas demandas. Vamos aprovar esse dia da lei da regulamentação da fiscalização.

Estamos juntos, família. Conto com a presença de todos, com foco também na luta antimanicomial.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 24

REUNIÃO: 21782 DATA: 13/05/2026 FL: 23 DE 50

mais sofisticados, têm um problema com as calçadas. Então, algumas das questões que eu anotei aqui, mas anotei várias, vamos oficialar.

Aproveitando a importante presença dos senhores secretários, eu queria entender melhor essa questão do endividamento. Até conversei com a parte técnica ontem. Esse final de semana houve muitas matérias veiculadas, já há um debate pré-eleitoral também falando que São Paulo está muito endividada, falando dessa questão dos 50 bilhões. Na apresentação, o Secretário mencionou esse número de 50 bilhões, mas também trouxe um número de 2026, 8,1, se eu anotei corretamente; e depois 2027, sete bilhões.

Eu queria, se possível, entender de maneira mais detalhada esses números e até que ponto isso é tão ruim, como se evidenciou em várias notícias no jornal, porque é uma preocupação. Eu sei que pode até não ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas é uma preocupação minha. Porque eu entendo assim: a gestão não é só do Prefeito. Sejam os Base, independentes ou Oposição, a gestão é nossa.

Então, se nós deixarmos São Paulo muito endividada é também, entre aspas, responsabilidade ou até culpa dos vereadores. Então eu queria entender melhor, até para poder participar desse debate e tomar cuidados. Eu sei que tem a questão da compra dos ônibus elétricos, falei sobre isso na reunião própria na Prefeitura. Mas, se os secretários puderem explicar esses números, eu agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado, Vereadora.

Próximo, Bruno Lemos.

O Secretário vai responder depois.

O SR. BRUNO LEMOS - Bom dia a todas e todos. Bom dia à Mesa. Bom dia, Presidente João Ananias. Bom dia, Secretário Clodoaldo, Secretário Adjunto Fabiano.

Meu nome é Bruno Lemos. Eu sou um dos representantes da comissão de aprovados no concurso de analista de políticas públicas e gestão governamental. Primeiramente, eu queria agradecer bastante à Casa pela abertura ao diálogo e pelo apoio institucional que nós conseguimos aqui, internamente. Eu agradeço especificamente à figura da Vereadora Keit Lima,

REUNIÃO: 21782 DATA: 13/05/2026 FL: 24 DE 50

do Vereador João Ananias, da Vereadora Ana Carolina Oliveira, da Vereadora Janaina Paschoal, que fez uma fala agora de apoio para nós.

Todos vocês participaram dos ofícios enviados, que foram na quantidade de 18, adicionados a sete emendas à LOA, pela dotação da nomeação dos APPGGs durante o ano de 2026. E qual é a nossa preocupação? Que o concurso vai entrar em expiração, Sr. Clodoaldo, no dia 3 de junho. E a nossa demanda aqui hoje é para a inclusão dos 45 aprovados na JOF, se possível na semana que vem.

E por que a gente defende essa tese? Porque é uma carreira de implementação de políticas públicas, de formulação, de avaliação, que está muito vinculada à consecução dos objetivos previstos na LDO e às prioridades da cidade de São Paulo. É uma carreira transversal, moderna, que pode lidar com as políticas públicas dos idosos.

A gente queria fundamentar nosso pedido em quatro pontos principais.

O primeiro é a demanda. Hoje, como a Vereadora Janaina Paschoal citou, tem 105 cargos vagos. Secretário Clodoaldo, são 943 a demanda em um estudo teórico dentro das Secretarias. Os planos de ação institucional, de 23 Secretarias – ou seja, não perfaz nem as 33 e nem considera a Subprefeitura – nós estamos falando de 225 projetos e mais de 100 APPGGs para o biênio 25/27. Então, existe essa demanda consolidada.

E eu chamo a atenção para o senhor, por favor, que, em termos orçamentários, é um impacto muito baixo. Nós estamos falando de 13 milhões. Em relação ao orçamento de 137 bilhões, que cresceu 11% de um ano para outro, é 0,00%. O nove só vem na terceira casa. Em relação à despesa com pessoal, é meio por cento.

Se a gente observar a despesa pessoal relativa em relação à receita corrente líquida, a gente está falando que a Prefeitura está com 25%, que é muito longe dos limites macro prudenciais de 50, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal. É um perfil muito qualificado.

E o que a gente pede, Secretário Clodoaldo? Eu já vou encerrar. A gente pode até diminuir o tempo do Rodrigo. A Vereadora citou o projeto, por exemplo, de compra de ônibus eletrificados teve uma importante contribuição de gerenciamento dos APPGGs – e aí vai um

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 26

REUNIÃO: 21782 DATA: 13/05/2026 FL: 25 DE 50

mérito da gestão – uma economia da ordem de 4 bilhões. O custo da carreira, hoje, é cerca de 60.

Então, a gente acredita muito nessa tese. A gente tem um apoio aqui, um apoio fundamental do Presidente João Ananias, que também tem nos ajudado bastante, uma pauta super partidária. Inclusive, a gente conseguiu o apoio da professora Gabriela Lotta, da GV. Então, a gente tem apoio da sociedade civil, apoio dos Vereadores, o secretariado também tem um entusiasmo com a carreira. Será que a gente vai perder esse corpo qualificado agora por conta de prazo?

Então, a gente acredita muito no olhar atento do Prefeito Ricardo Nunes. A gente tem tido uma boa interlocução com as sedes nas figuras da Secretária Marcela Arruda e da Adjunta Regina Silvério e conta também com o seu apoio, Sr. Clodoaldo, para ver se a gente consegue a tempo, na semana que vem, incluir.

Continuamos, por favor, com apoio aqui de todos os Vereadores da Casa. Sem vocês não seria possível de conseguir essa interlocução com a celeridade necessária.

E se puder, Secretário, nos receber para a gente afinar esses números. Se houver alguma dúvida, a gente também está à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Bruno.

O próximo inscrito é o Sr. Rodrigo Brizola.

O SR. RODRIGO BRIZOLA – Oi, pessoal. Eu sou da carreira, fui chamado agora como APPGG. Acabei de entrar.

O Bruno já delineou os aspectos principais, mas eu queria destacar a importância da carreira para o município, principalmente na implementação de políticas como as que estão sendo demandadas aqui hoje dos idosos e das pessoas com deficiência.

Existe uma transversalidade na carreira muito importante, que permite que a gente trabalhe desde o planejamento estratégico junto dos Secretários até o operacional, que é com a burocracia de rua, quem efetivamente presta política pública.

Então, a minha pergunta que fica é: para que esperar, não é? Se temos profissionais qualificados que prestaram um concurso superconcorrido, em que a relação candidato/vaga é semelhante à de um vestibular para medicina na USP. Já temos essas pessoas qualificadas e são profissionais de diversas áreas. É uma equipe multidisciplinar, em que cada profissional, seja ele psicólogo, arquiteto, advogado, vai se adequar às diversas Secretarias que nós temos no município para conseguir prestar esse serviço para a população.

Então, eu queria destacar que um novo concurso e a gente perder essa oportunidade agora seria prolongar a prestação de serviços para a comunidade. Para que a gente vai esperar? Por que é que a gente não vai aproveitar esses profissionais agora, que estão prontos para trabalhar, sendo que um novo concurso só permitiria isso daqui a um ano, no mínimo, com gasto de dinheiro público?

Só queria fazer esse adendo e agradecer o apoio de todos os vereadores e secretários que até agora nos apoiaram nessa jornada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Rodrigo.

A próxima inscrita é a Sra. Dione e, após ela, a Sra. Marli Chagas. Podem se direcionar para cá também as Sras. Maria Laura Fogaça e Maria Ednéia Pinto

A SRA. DIONE SILVA – Bom dia a todos e bom dia à Mesa.

É bem simples o que eu vou falar. Vou falar do Programa 402. Nós temos, para os idosos, 149 milhões, certo? E, aí, o que acontece? Quando chega para nós, chegam 3 milhões e 600 mil só. Onde que está o restante do dinheiro? É isso que eu quero saber. Onde está?

O nosso argumento é: como podemos falar em mobilização se a Prefeitura não gasta o suficiente para treinar funcionários? Tem que ter treinamento para o funcionário que está na ponta atendendo os idosos com baixa visão e dificuldade de andar nas calçadas, no nosso atendimento nas UBS, quando a gente vai nas AMAs da vida. Então, assim, aonde que está o nosso atendimento ali, entendeu?

A SRA. MARIA LAURA FOGAÇA – Sou eu mesma. E agora falo por mim mesma.

O PPA é lei, Lei nº 18.376/2025. É uma lei e o descumprimento gera crime de responsabilidade.

Eu estou no ativismo há muitos anos. Eu sou arquiteta urbanista, fiz Gestão Ambiental, sou mestrada em Cidades Inteligentes e Sustentáveis e discuto a nossa cidade. Então, eu me incluo nesse segmento, além de fazer parte da Escola do Parlamento aqui desta Casa. Mas... Agora me fugiu... É a idade... Eu fui representante do Conselho Municipal de Política Pública Urbana em 2025, represento associações, sou Presidente do Movimento Defenda São Paulo, represento a ASSAMPALBA também, fui Presidente da City Lapa. Ou seja, sou uma pessoa absolutamente atuante e vou aqui falar do Programa 4007 de políticas e mobilidade urbana, a mobilidade do confinamento.

O problema: a Prefeitura anuncia 1,4 bilhões, mas quase tudo é subsídio da gratuidade – compensação tarifária –, que é obrigação legal, mas não é investimento em infraestrutura.

No nosso ponto de vista, destinaram apenas 377 reais para a reforma dos terminais de ônibus, projeto 10.096. Em 2027 vai acontecer isso.

Nosso argumento: senhores, a Prefeitura tenta nos convencer com um número de 1,4 bilhão para isso, mas isso é uma farsa contábil. Esse dinheiro apenas paga a passagem, que já é nossa por lei. Para o que realmente importa, reformar terminais e corredores, a SEPLAN destinou 377 reais. O que dá para comprar? Uma lata de tinta?

Então, a gente está vendo aqui um aumento do orçamento da Prefeitura de São Paulo bilionário e destina uma lata de tinta para um terminal, sendo que a gente precisa de muito mais dinheiro. E esse dinheiro, como a Luzia falou, ele está desvirtuado. É um dinheiro que a gente não entende esse orçamento, mas ele existe. O dinheiro existe, só que ele está camuflado e a gente quer discutir isso para justamente a gente poder fazer valer as nossas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

Após a Dona Maria Ednéia, já vou chamar os próximos: Isabela Ide, Salete Antunes e Vagner Cano.

Sra. Maria Ednéia, fique à vontade.

A SRA. MARIA EDNÉIA PINTO – Bom dia a todos. Eu falo como representante do Colegiado Leste da Pessoa Idosa e eu estou aqui para falar do Programa 4012, que é crescimento econômico e empregabilidade. Embora não pareça, sou idosa também, então vou falar do tema.

O problema é que o orçamento para gerar emprego ao idoso é 15 vezes menor que o destinado às outras frentes da LDO. Já começa aí o problema.

Nosso ponto de vista: as rubricas de qualificação profissional 2416, 2410 e 4424 foram zeradas para pessoa idosa.

Muitos idosos em São Paulo, hoje, são os únicos provedores de suas famílias. No entanto, a Prefeitura decretou a morte econômica da nossa geração ao gerar verbas para nos requalificar.

Não queremos apenas ser assistidos, queremos o direito de trabalhar e empreender.

Como a SEPLAN explica centenas de milhões para o emprego em geral e zero reais para o letramento e qualificação do trabalhador sênior? É só essa a minha pergunta, tá?

Obrigada, jovens. Eu acho que a gente tem que estar participando, porque a Casa, nossos representantes, estão aqui e nós estamos também aqui para ajudar os nossos representantes.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sra. Maria Ednéia.

Sra. Salete Antunes.

A SRA. SALETE ANTUNES – Bom dia a todos e a todas e à Mesa.

Eu gostaria de estar aqui mais animada, mas como vou falar da cultura, é uma decepção. Dois reais no orçamento.

Eu queria saber dos senhores, dos nossos representantes, quem compra um lanche por dois reais?

Então, aquele enfeite de falar do idoso, dizer que é importante, principalmente na época da política... E como que esquece depois? Eu gostaria de estar presente para ver qual foi a discussão para colocar no orçamento do idoso dois reais. E, por exemplo, zerar exercícios que é de suma importância para o idoso, para a saúde mental e para a sua saúde física. Por que não investir?

Então, essa é uma coisa, assim, muito triste.

E eu gostaria de saber dos nossos representantes como eles chegaram nesses dois reais.

E vão ficar assim, vão continuar assim e nós vamos ficar passivos e passivas, aceitando? Não. Vamos dizer um “não”. Vamos todos dizer um “não”.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Dona Salete.

Sra. Isabela Ide.

A SRA. ISABELA IDE – Bom dia, Vereadores, Secretários, todos vocês que estão aqui na audiência.

Bom, eu sou Isabela Ide, eu também faço parte da Comissão de Aprovados de Analistas de Políticas Públicas e Gestão Governamental, e vim fazer uma fala que é mais humana do nosso ponto de vista, da nossa equipe. Temos aqui cinco, tinha o Rodrigo, mas somos 45 jovens profissionais de diferentes carreiras, muito empolgados, muito, muito comprometidos com o serviço público. Muitos de nós já trabalham na Prefeitura ou têm passagens pela Prefeitura, que é o meu caso. Nossas trajetórias muitas vezes cruzadas com pautas que surgiram aqui no dia de hoje, que sejam as pautas de pessoas com deficiência, das pautas das pessoas idosas, dessa juventude que a gente vê aqui. Nós também nos vemos dentro desse espaço.

Então, a gente está aqui hoje porque tem uma questão prática que é a validade do nosso concurso. Ele expira em menos de 20 dias. Então, é um assunto que requer uma certa celeridade.

Quando analisamos as diretrizes desta cidade, sob a ótica de quem entende, como o ambiente construído pode incluir ou excluir, fica claro que o que a Prefeitura apresenta para habitação da população idosa, não é um orçamento, mas um apagão institucional mascarado por uma regra matemática cega.

Convido todos os senhores a abrirem a Lei de Diretrizes Orçamentária no programa 4006, que abriga as políticas de habitação do município. Serei muito didático para que entendam como a Secretaria de Planejamento decretou no papel, o fim da expansão de projetos fundamentais, como a Vila dos Idosos.

A SEPLAN confessa, no próprio documento metodológico da LDO, que não criou nenhuma política habitacional desenhada, exclusivamente, para o envelhecimento.

A manobra adotada foi pegar os grandes projetos genéricos da construção, como o projeto 3354, focado na provisão de unidades habitacionais e o projeto 3353 e aplicar sobre eles uma regra do Decreto nº 61.282/22. Esse decreto é uma norma genérica que estipula que 5% das chaves - eu fico tremendo e não consigo ler - dos novos empreendimentos devem ser destinadas a idosos.

Para o sistema, isso entra na classificação NE-2, que significa uma rubrica não exclusiva. Na prática urbana, a Prefeitura levanta prédios comuns, muitas vezes sem acessibilidade adequada e distantes da rede de saúde que o idoso já utiliza e usa a matemática para carimbar 5% daquela obra. Atende a nossa pauta.

Para se ter uma ideia dessa desigualdade espacial e financeira, enquanto o idoso fica preso a essa cota invisível de 5%, a Prefeitura destina fatores de 43,64% no mesmo projeto 3354 para outras agendas, garantindo a elas quase 568 milhões em 2027. Para o idoso não há um projeto de moradia real, apenas sobra da fila. A crueldade atinge o ápice quando procuramos recursos para a locação social.

Estou finalizando. A locação social é o coração da Vila dos Idosos. Sendo o único modelo habitacional, verdadeiramente, humanizado, focado na convivência e na preservação da autonomia da terceira idade, que não possui casa própria.

Nós fomos fiscalizar as rubricas que administram o parque público de locação social identificadas no orçamento pelas atividades 4354 e 4353. Peço que a SEPLAN, vou concluir, explique este número. O valor destinado à pessoa idosa para manutenção da alocação social é de exatos 50 reais.

Então, termino dizendo, que embora eu seja arquiteto, eu estou aqui fazendo o papel de humorista. Porque 50 reais significam: 0,00000000000003% do orçamento de 137 bilhões.

O SR. MAJOR PALUMBO - Pela ordem Sr. Presidente.

Major Palumbo, acompanhando de forma *on-line*.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Vereador Major Palumbo, de forma *on-line*.

Sra. Elisabete Arão.

A SRA. ELISABETE ARÃO - Bom dia Srs. Vereadores. Bom dia a todos, principalmente, aos nossos queridos jovens. O que acontece? Eu vou falar sobre o programa 4023. O que ocorre? A infância recebeu 14 bilhões e 808 milhões, enquanto nosso programa de idosos apenas 178 milhões. Isso é 83 vezes menor. É uma discrepância de valores contábeis.

Nós queremos que se refaça isso, porque é praticamente impossível 3.203 para o ano de 2027. É uma coisa inacreditável.

Este programa que acarreta o nosso nome, a Prefeitura destinou esse valor mínimo. Então são 200 reais por mês para atender dois milhões de pessoas. É uma discrepância contábil imaginável.

Isso não é orçamento, é uma linha aberta no sistema, para não dizer que isso está zerado, não é mesmo? Enquanto a infância recebe 14 bilhões, nós estamos recebendo praticamente nada.

O cobertor é curto apenas para quem tem cabelos brancos. Exigimos uma reparação contábil urgente.

Deixo uma pergunta. Como, para quê e por quê?

Faça justiça a esses idosos que tanto já lutaram por esta grande cidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigada Sra. Elisabete.

Sra. Lia Deborah.

A SRA. LIA DEBORAH - Boa tarde a todos. Na verdade, eu estou atônita. Atônita por quê? Sou do Coletivo Envelhecer, sou ativista no GARMIC na luta por moradia para idosos e sou servidora pública aposentada e quero dizer o seguinte: eu ajudei a construir políticas, programas e atividades como o PAI, a URSI, a Casa Lar Convivência, os centros de acolhimento para a população de rua idosa. Estou atônita, porque depois de seis meses nesta Câmara, quase que semanalmente ou diariamente, acreditando que era possível mudar a lógica do investimento público na cidade, o que percebemos? Que o idoso não é prioridade e que não há investimento real. E que a peça orçamentária é uma peça fictícia. Completamente fictícia.

Quando eu trabalhava, eu já sabia disso, há décadas: a peça orçamentária é fictícia, que resulta em uma série de interesses que entram em jogo. Uma série de negociações que fazem a população, a sociedade civil, na verdade, ficar aliada completamente das decisões.

Então, não é possível mais continuar assim. A máquina administrativa, ela está sucateada. Para quem conheceu o poder, a estrutura pública não é apenas a categoria desses profissionais especialistas. É pessoal na base, na ponta, que tem cada vez menos servidor público, cada vez mais terceirizações, cada vez mais o descumprimento com as políticas públicas sociais. Não é possível continuar assim. Nós buscamos o diálogo, ficamos seis meses dialogando.

E como, Clodoaldo, eu vou perguntar para você, como que, de repente, o Programa de Metas se torna superior? Não que eu não o ache importante, eu acho ele importante, mas como ele se torna superior ao PPA e à LDO? Me explica pelo menos a esse respeito, de esclarecimento. Se não houver diálogo, não vai sobrar muita alternativa para nós. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sra. Lia.

Sra. Alaíde de Carvalho.

A SRA. ALAÍDE DE CARVALHO - Boa tarde a todos. Hoje a sala está cheia de jovens. Eu adoro ver a sala cheia de jovem assim. Eu faço parte de um programa do Butantã, do

conselho da região do Butantã. A URSI Butantã está gritando, as calçadas estão um horror. Também faço parte do Núcleo da Liga Solidária. A região toda está gritando, as UBS. Todos gritantes. Em frente onde eu moro tem um buraco que eu estou pedindo, faz tempo, para tampar aquele buraco, que se transformou em depósito de lixo. Além do lixo, é um perigo o pessoal jogar alguém ali e matar. Se jogar alguém ali naquele buraco é um suicídio.

Eu vou ler aqui sobre o programa social nosso. Estou nervosa.

- Oradora com dificuldade na leitura.

O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES – Vou auxiliar a nossa amiga. Ela está falando sobre o programa 4004 do controle social. Asfixia do conselho.

O problema: o orçamento global para a participação democrática de mais de dois milhões de idosos é de apenas 3.737 reais para o ano inteiro de 2027.

O nosso ponto de vista: a verba para a manutenção do conselho, atividade 2803, equivale apenas a 311 reais por mês.

Nosso argumento: senhoras e senhores, 300 reais mensais, não paga sequer as cartilhas de conscientização ou deslocamento para fiscalizar instituições de longa permanência. Isto não é orçamento. É uma esmola institucional para silenciar quem deveria fiscalizar. Não aceitaremos ser amordaçados por uma planilha de Excel.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado. A senhora fique à vontade. Não tem problema.

Sr. Luiz Antônio Rodrigues.

O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES - Bom dia a todos e todas. Cumprimentando a Mesa. Sou representante do Conselho Municipal da Pessoa Idosa e do Fórum da Pessoa Idosa de São Mateus.

Queria falar, Vereador João Ananias, V.Exa. tem uma grande atuação na Cidade Tiradentes, conheci pessoas que têm um trabalho junto com V.Exa. lá.

Quero falar da questão da saúde hospitalar. Sabemos da questão do hospital Cidade Tiradentes. Uma cidade que tem o IDH - uma cidade - um distrito, a Subprefeitura que tem o IDH

Estou conselheiro no Conselho Municipal da Pessoa Idosa, mas represento o Núcleo de Convivência da Terceira Idade Tereza Bugolim, de Ermelino Matarazzo.

Vou falar sobre o programa 4008, políticas de segurança e a desproteção institucional. O problema do orçamento global da segurança para o idoso sofreu um corte nominal de 167 mil reais entre 2026 e 2027. Nesse ponto de vista, rubricas de patrulhamento da Guarda Civil Metropolitana e inteligência, atividades do número 2192 e 2199 foram zeradas para a pauta do idoso.

Nosso argumento. Enquanto a violência contra o idoso bate recordes, o orçamento de segurança diminui. A Prefeitura zerou as verbas para rondas especializadas da GCM. Não temos uma patrulha Maria da Penha para a terceira idade, porque a SEPLAN apagou essas rubricas do Planejamento. O idoso é visto apenas como um custo de gasolina da viatura comum, ignorando a necessidade de protocolos específicos para combater os maus tratos e golpes. Cortar os recursos da segurança é um cúmplice da violência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE João Ananias) – Obrigado. Sr. Davi Santiago

O SR. DAVI SANTIAGO - Boa tarde. Queria cumprimentar os munícipes, cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão, Vereador João Ananias, Relatora, Vereadora Ana Carolina, os demais Vereadores, Secretário, valorizando estes que estiveram presencialmente. A Comissão não está completa, não sei qual o motivo, dos outros Vereadores...Sim, o Vereador Silvinho está ressaltando que eles estão *on-line*, mas numa audiência importante dessa, que adiciona à discussão, além da Comissão de Orçamento e Finanças, eles poderiam estar presentes. Claro que pode ser justificado, mas seria interessante, então se justificasse e que seria interessante a presença de todos.

Eu me chamo Davi, estou aqui como residente da cidade. Quero discorrer sobre dois pontos.

O primeiro, como residente, eu acompanho o orçamento da cidade de São Paulo e agora em função da audiência da LDO, eu, em conferência de fatores atípicos, estou conseguindo vir hoje. Acredito que muita gente estaria interessada em participar, mas por ser

um horário complicado para quem trabalha nesse período, não consegue acessar.

Então, um dos pontos seria este: falar sobre acessibilidade dos horários das audiências, principalmente uma audiência de orçamento como a da LDO.

O segundo ponto, tratando de orçamento também, é saber um pouquinho – acho que isso já foi mencionado hoje – por que a presidência da Casa, na figura do Vereador Ricardo Teixeira, não está presente neste momento.

Eu sei que a LDO, da parte da presidência da Casa, talvez não englobe todo o orçamento, mas a Câmara dos Vereadores de São Paulo tem um orçamento próprio de mais de 1 bilhão de reais anuais. Falaram isso hoje também. Então, a função da presidência da Casa é administrar as finanças da Casa.

Eu queria deixar essa observação do porquê eles não estarem aqui – eles, na figura do Vice do Ricardo Teixeira, Presidente não da Mesa da Comissão, mas da Mesa da Câmara, para quem está ouvindo e não está se localizando.

Eram estes dois pontos: acessibilidade para que as pessoas que trabalham nesses horários possam vir assistir às audiências do orçamento, talvez horários pós-expediente matutino e vespertino; e a presença do Presidente da Mesa da Casa, Ricardo Teixeira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado. Davi, somente duas coisinhas antes de passar para a última fala.

É o seguinte: primeiro, todos os Vereadores estão assistindo à audiência *on-line* do gabinete e, segundo, escolhemos que as audiências públicas vão sair da Câmara, haverá audiências públicas em alguns... Por exemplo, nós temos a ideia de fazer uma na Cidade Tiradentes, uma no Itaim Paulista, uma no Butantã. Nós vamos, sim, sair da Casa.

E lançamos as nossas audiências públicas, estávamos falando todos os dias as datas das audiências e onde vão ocorrer para as pessoas participarem.

Também falamos, na última reunião desta Comissão, que está havendo o orçamento cidadão nas Subprefeituras da cidade de São Paulo. Se a população quiser participar, é muito

importante nesse sentido.

- Registro fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Não, há mais que vamos lançar. Depois, haverá mais, que vai ser o orçamento da cidade.

O próximo e último orador é Marcos Muniz.

O SR. MARCOS MUNIZ – Primeiro, bom dia. Quero agradecer a possibilidade. Sou Marcos Muniz, membro do CMDCA São Paulo e do Comas São Paulo e acompanho a Comissão de orçamento dos dois conselhos.

Queria dizer que a política pública é um aspecto de articulação da cidade. São 96 distritos, a SMADS realiza mais de 245 mil atendimentos por dia, já passamos de um milhão de crianças e adolescentes do município de São Paulo.

Os conselhos atuam monitorando o orçamento passo a passo. Os técnicos de governo compõem essas comissões, então não fazemos isso aleatoriamente.

O orçamento previsto para o CMDCA São Paulo, em 2025, foi de 5 milhões de reais. O orçamento que veio para esta Casa, encaminhado pela SEPLAN, foi de 10 mil reais. E esta Casa aprovou.

Detalhe: o orçamento proposto para a SMADS foi de 5,4 bilhões de reais. O orçamento que veio para cá foi de 2,4 bilhões, aprovado por esta Casa. Então, estamos em um momento de colapso da cidade.

Em janeiro de 2025, houve uma reunião, nesta Casa, do Conselho Municipal de Assistência. Vários Vereadores questionando o Comas e o Conselho da Criança e do Adolescente por que os serviços estão fechando. Gente, estamos criando uma disparidade estranha.

Dia 18 de maio é semana que vem. No campo do CMDCA, o orçamento vai tratar da participação das crianças e adolescentes nas conferências, da própria manutenção do conselho nas suas reuniões ordinárias, da criação de materiais de divulgação. Como vamos fazer 18 de maio com 10 mil reais para a cidade inteira? É muito esquisito.

Criamos uma desconexão daquilo que estamos discutindo no Legislativo e daquilo que é a realidade da cidade. E estamos fazendo isso conjuntamente. Os idosos estão fazendo isso na sua instância de direito, que são os seus conselhos de direito, assim como a assistência social, assim como crianças e adolescentes.

Não é possível que vamos passar 2026 novamente com um diagnóstico desse. (Palmas) Está havendo fechamento de ILPI e, se vocês olharem nos 96 distritos, a região de Raposo Tavares tem lacuna dessas demandas, Cidade Tiradentes tem deficiência nessas ofertas, porque não há mágica. A sociedade civil aprendeu a discutir orçamento...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão, Marcos.

O SR. MARCOS MUNIZ – À Secretaria de Finanças: de quê eficiência estamos dizendo? Não temos nos colocado de forma a discutir isso em separado. Queremos discutir isso conjuntamente, mas é importante que olhemos os números para além da questão de uma planilha de Excel. Não é possível.

Como vamos articular política pública de criança e adolescente com 10 mil reais?

Como vou trabalhar ouvindo a questão de alta temperatura, baixa temperatura, conferência da assistência para o ano que vem, com um orçamento de 2,2, sendo que os técnicos da SMADS já falaram que é 5,4? Há um documento que está publicado no SEI.

Gente, quero me colocar à disposição para ajudar, mas precisamos, Vereadores – e acho que esta Casa é uma instância para reivindicarmos isso a vocês que votam – precisamos olhar isso com critério, porque não tem condição de depois, em janeiro de 2027, voltarmos a esse debate de forma a ter 10 mil reais em uma pasta para uma cidade dessa e 2,4 para a SMADS que faz 200 mil atendimentos por dia.

Eu não vou fazer conta – vocês são melhores do que eu em conta – mas a realidade é: fechamento de serviço, não interlocução com saúde e educação...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

O SR. MARCOS MUNIZ – ... e a educação em tempo integral também está impactando isso, neurodivergência nos serviços de contraturno escolar. Essa é a realidade da

cidade.

Precisamos que vocês atuem de forma conjunta a nós para monitorarmos isso de forma eficaz e trazer para a cidade um diagnóstico que, tudo bem, talvez não seja o real, mas vamos discutir indicadores de impacto na cidade, gente. Não dá para toda hora ficarmos passando aqui o chapéu, pedindo o óbvio. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

Antes de os Secretários falarem, e há dois Vereadores que desejam falar, queria somente chamar atenção um pouquinho da sociedade civil que, às vezes, vem aqui, fala, chama, e na hora de o Secretário dar resposta não está presente. Estamos notando que muita gente que falou já foi embora.

Então, é importante que a pessoa fale, mas ouça também, porque como vai questionar se não está ouvindo? Seria muito importante nesse sentido.

Sobre o que você acabou de falar, Marcos, acho importante que a sociedade civil depois procure os gabinetes, as lideranças dos partidos – tenho certeza que o PT vai fazer várias emendas no sentido do que muita gente falou aqui – para tentarmos colocar no orçamento quem veio discutir o orçamento com a cidade de São Paulo. Então, não tenho dúvida nesse sentido.

Para tocarmos aqui, vou abrir primeiro para o Vereador Silvinho, que pediu para falar, antes do Secretário e depois, a Vereadora Keit Lima.

O SR. SILVINHO LEITE – Bom dia e boa tarde a todos novamente. Na pessoa do Presidente João Ananias, cumprimento todos os nossos Pares aqui: Vereadora Keit, nossa grande Relatora Vereadora Ana Carolina, e Vereadora Janaina Paschoal.

Quero cumprimentar o Clodoaldo, da Secretaria; o Fabiano, representando o Arellano, muito obrigado pela presença; e a Luzia. Realmente acho que foi muito assertivo, viu, Presidente, o senhor colocar um representante do conselho, dos fóruns dos idosos. Queria fazer um agradecimento a todos vocês.

Já foi dito aqui por todos vocês que, às vezes, vem, parece que não resolveu, parece que não dá resultado, parece que ninguém está vendo, mas somente construímos situações

melhores com representatividade. Queria parabenizar todos vocês pela representatividade.

Já mudamos alguma coisa em LDO. Já mudamos alguma coisa em PPA. Não é o suficiente, mas estamos construindo para que possamos fazer uma mudança ainda melhor para essa categoria que já contribuiu tanto para o desenvolvimento da nossa cidade e do nosso país.

Tenham certeza que estamos muito atentos à questão do idoso, do neurodivergente, das doenças raras, das pessoas PCDs, das pessoas em situação de rua.

Estamos apenas começando esse discurso e essa elaboração, porque a LDO, como vocês sabem, é o alicerce da LOA.

Então, vamos construir juntos esse alicerce o melhor possível para que possamos também construir uma LOA que seja mais razoável, mais adequada para a cidade de São Paulo.

Tenho somente uma pergunta para fazer para o Fabiano, porque quero aguardar o relatório do TCM, que sempre dá um embasamento muito bom, até para que possamos fazer, indicar, algumas alterações necessárias para a nossa Relatora, para podermos construir um relatório da LDO mais, sei lá, acho que mais flexível para nossa comunidade.

Secretário Fabiano, gostaria de saber o seguinte: em uma leitura rápida, porque não pude verificar toda a LDO ainda, do PL da LDO 2027, notei alteração da meta de resultados primário e nominal.

O senhor pode explicar a alteração da meta de 9,4 bilhões para 12,5 no resultado primário? E o valor de 17,8 bilhões para 21 bilhões no resultado nominal? E quais são os efeitos disso nessa LDO 2027? Como você já está fazendo alteração da meta em 2026, talvez isso seria para 2027. Esse seria o meu questionamento.

Muito obrigado, Presidente. Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Informo que nossa audiência pública acaba às 13h, o que temos que cumprir, porque a partir das 13h há a outra Comissão que está aqui, a CCJ.

A SRA. KEIT LIMA – Boa tarde. Posso falar, Presidente? Posso?

Boa tarde, gente. Não poderia deixar de começar dizendo da importância e de quanto

nosso mandato está junto para que as pessoas concursadas, APPGG, estejam dentro para que possamos construir política pública eficiente e que faça o orçamento chegar nas nossas favelas.

Precisamos ter servidores públicos, técnicos eficientes para que possamos olhar para o nosso orçamento de uma maneira muito responsável. Não vou me ater à vergonha do orçamento para idoso, porque especialistas estiveram aqui. Somente vou colocar o nosso mandato à disposição para emenda, para construirmos... (Palmas) Acho que vocês detalharam muito bem.

É um privilégio envelhecer. Somente envelhece quem está vivo. Precisamos ir construindo um orçamento que retorne, que dê uma velhice com dignidade, com saúde, não a partir de idosos sangrando.

Queria também aproveitar, Presidente, para agradecer todo mundo que ficou aqui até agora. Sabemos da dificuldade de estar em uma quarta-feira de manhã e à tarde aqui, porque vocês também precisam lutar para sobreviver.

Eu queria me ater, Presidente, Secretário, a dois pontos específicos. Um é que deveríamos estar avançando para transparência dos dados, mas houve um retrocesso.

Quando olhamos para o orçamento – eu queria muito ouvir o Secretário – quando olhamos para a LDO de 2026 – gente, LDO é uma peça muito importante, porque é o instrumento que orienta o orçamento do ano que vem – quando olhamos para a LDO do ano passado, havia o orçamento por metas. Hoje, é um bloco, que é colocado como programa, o que dificulta a fiscalização e a transparência. Em vez de caminharmos para mais transparência, estamos retrocedendo.

Uma segunda coisa que queria falar, já que o meu tempo está curto, é o seguinte: a LDO trouxe muito sobre estruturas, equipamentos, quase 65% das metas, dos blocos do programa são sobre obras, muitas entregas físicas; mas pouco se fala sobre, não há orçamento para servidor.

Então, onde vai estar o orçamento para concurso público, recomposição de quadro, valorização de carreira? Quando falamos de uma UBS sem os profissionais da saúde estamos

falando de um galpão. Quando falamos de escola e não estamos falando de professores, não estamos falando de educadores, estamos falando apenas de uma sala vazia. Não podemos fazer um orçamento sem colocar os servidores públicos na centralidade.

Por último, queria trazer alguns dados que muito me surpreenderam pela falta de dados, na verdade. Quando estamos falando de pessoas com deficiência – escutei muito sobre isso aqui e o nosso mandato atua de forma muito forte nisso –, estamos falando que apenas 0,5 das metas é para pessoas com deficiência. Quando estamos falando de cultura, estamos falando de 0,4. Quando estamos falando de esporte e lazer, estamos falando de 0,4. Quando estamos falando de sustentabilidade ambiental, estamos falando de 0,4.

Mas o que mais me assustou, de todos os dados, e toda pessoa periférica...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão, Vereadora.

A SRA. KEIT LIMA – Estou concluindo, Presidente.

Toda pessoa periférica sabe a importância da saúde e da atenção básica e que isso deveria estar na centralidade, porque para qualquer coisa precisamos estar vivos, precisamos de um SUS fortalecido, precisamos ter a nossa saúde básica fortalecida. E o orçamento que está destinado é 0,5.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereadora.

A SRA. KEIT LIMA – Isso é inadmissível.

Por último mesmo, Presidente, estamos em uma grande epidemia de feminicídio. Não aguentamos mais. Quem é mulher não aguenta mais dizer que queremos estar vivas, coisa básica, queremos estar vivas.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereadora.

A SRA. KEIT LIMA – Vou encerrar mesmo, Presidente.

Não há nenhuma meta para a casa de acolhimento. Estamos sem nenhuma meta para a proteção das mulheres. Que orçamento é esse que não insere as mulheres? Precisamos construir uma cidade onde mulheres estejam vivas e isso necessariamente passa pelo orçamento, necessariamente precisa passar por políticas públicas destinadas à proteção das

mulheres.

Obrigada, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereadora.

Agora, o Secretário vai falar. Nós temos somente mais quatro minutos, então muita coisa vai ficar sem resposta, porque acabamos tomando um tempinho.

Secretário, fique à vontade.

O SR FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Obrigado, Presidente. Cumprimento rapidamente todos na figura do Presidente, os que nos acompanham virtualmente também e os presentes aqui.

Vou rapidamente responder à pergunta da Vereadora Janaina e à pergunta do Vereador Silvinho sobre o endividamento público, que é um assunto recorrente no Brasil há muitos anos, há muitas décadas. Ele foi muito pouco entendido, especialmente antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas sendo objetivo aqui, Vereadora, para conseguirmos responder o máximo de questões possíveis, o endividamento está sob controle. Ele não tem nenhum risco de colapsar as finanças do município. Um dos princípios da administração, que seguimos com bastante rigor, é a sustentabilidade das finanças do município.

Para falar sobre o endividamento, há tanto controle hoje sobre o endividamento que precisamos respeitar limites impostos pelo Senado Federal. Há um limite para o endividamento global, para a dívida consolidada líquida. Esse limite é 120% da nossa receita corrente líquida. Hoje, estamos abaixo da metade desse limite.

Além disso, há limites para o comprometimento anual dos recursos. Não podemos comprometer mais do que 15% dos nossos recursos com o pagamento dos encargos do endividamento.

Então, há essas duas travas que limitam qualquer administração pública de extrapolar em relação ao controle e gestão da dívida pública.

Ainda em relação a esse assunto, vale dizer que há dois tipos de dívidas principais: primeiro, a contratual, relacionada às operações de crédito, as quais acredito que tenham sido

REUNIÃO: 21782 DATA: 13/05/2026 FL: 46 DE 50

principalmente o ponto da sua pergunta; e a dívida com precatórios, que são dívidas judiciais, e essas sim, talvez, sejam o nosso principal componente da dívida por um longo tempo ainda.

Enfim, posso detalhar melhor depois para a Vereadora, mas espero ter respondido inicialmente à questão.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Fazendo um resumo aqui: primeiro, concurso.

Sobre o concurso de APPGGs, tenho o maior respeito pela carreira. A Ariane, Subsecretária de Orçamento, é APPGG e mais dois coordenadores nossos são da carreira. Acho uma carreira incrível.

Fizemos um concurso para 30, chamamos 32, e há mais 45, se não me engano, estou com o número afiado, que passaram na prova, que tiveram o mínimo. A Seges está avaliando a necessidade, mas precisamos avaliar a possibilidade de pagar, precisamos ter condições.

Encaminhamos o propósito, o Sr. Prefeito encaminhou do RGA. Tivemos um contratempo, pois o Governo Federal aprovou uma lei que eliminou a possibilidade daquela trava dos anuênios e dos quinquênios não previstos em Orçamento. Isso nos custou R\$ 340 milhões, sendo devidos aos funcionários, mas o dinheiro é um só. Então, estamos avaliando essas necessidades.

Na saúde, o concurso está na Justiça. Na educação, temos uma possibilidade de chamar, estamos avaliando pela necessidade e pelos recursos que temos em folha. Ao RGA, encaminhamos para pagar em duas vezes, e se tivermos uma arrecadação condizente, pagaremos ainda neste ano, que é o que queremos.

Quanto às políticas. SMADS, falando para o amigo Marcos... O Comas pediu 5,4. Está certo. Está no papel o Conselho pedir, mas temos que saber se temos dinheiro no Orçamento para...

- Manifestação do público.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI - Por favor, eu ouvi todo mundo.

Não temos, quer dizer, temos um orçamento, hoje, das SMADS, 2,9 bilhões. O

Calçadas: neste ano, colocamos R\$ 150 milhões no Fundurb. Tem que passar ação aqui para a Mesa. Passo o resumo para reformarmos calçada. Não é fácil fazer calçada. Difícil

LPIs, nas URSIs, no cuidado com o idoso, reconhecemos que precisamos avançar mais. Não tenho a menor dúvida. Mas estamos fazendo bastante. Precisamos fazer mais.

Temos, por exemplo, o Fundo do idoso. Outro dia fui ver, como recurso. Quem está no Conselho, proponha o que podemos fazer. Eu vi outro dia, o Fundo pode fazer obra.

- Manifestação do público.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI - Ou pode...O Conselho de... Pode. Vamos propor.

- Manifestação do público.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI - Então, vamos lá. Vamos nomear alguém, ou se é o Planejamento ou a Fazenda, e fazer as obras. SEPLAN ou Fazenda. SEPLAN não deve estar, porque preciso ver se estamos no concurso.

Esporte. A quantidade de centros esportivos que foram reformados. Todos praticamente reformados. Novos centros esportivos. Então, não é pouca coisa.

Propomos aqui na LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em grandes números. Depois vamos discutir o Orçamento. Temos tentado fazer o melhor. O orçamento da cidade cresceu muito. Os investimentos, tanto na área social como em obras, cresceram. Precisamos fazer muito, pois a cidade é muito grande, muito desigual. Precisamos combater a desigualdade.

A orientação do Sr. Prefeito Ricardo Nunes é combater a desigualdade, as desigualdades regionais. Estamos lá.

Falando de enterramento de fio, estamos enterrando fio lá na Estrada do M'Boi Mirim, que não tinha nem calçada. Nunca ninguém se preocupou com a calçada de lá, mas nós, sim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Sr. Secretário, o senhor colocou alguns temas que fugiram um pouquinho do tema da audiência. A saúde é tripartida. Tem como obrigação do estado colocar dinheiro, e não está fazendo.

Se for aos hospitais, hoje, do estado, não estão atendendo. O senhor entrou na pauta, querendo fazer propaganda. O senhor tinha que se atentar aos temas. O senhor saiu um pouquinho.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 51

REUNIÃO: **21782** DATA: **13/05/2026** FL: **50** DE 50

Temos que falar da saúde tripartida. Sabemos que o social tem 99 mil famílias morando na rua. Há muita coisa para ser discutida. O senhor saiu um pouquinho do tema.

Mas, gente, não temos mais tempo. Obrigado pelo tratamento.

Encerrada a discussão da audiência pública.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Obrigado.